



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008518-25.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **FABIO CESAR DE CASTRO**
 Requerido: **DANIELA KAZUE MAKATA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao ressarcimento de danos materiais e morais que suportou em decorrência de acidente de trânsito.

A responsabilidade da ré quanto ao acidente é inquestionável, tanto que ela a assumiu e ressarciu o autor em valores relativos aos prejuízos causados em seu veículo (motocicleta).

Todavia, a ação contempla outras verbas e assiste razão em parte ao autor ao postulá-las.

Quanto aos gastos com medicamentos e consultas, estão consubstanciados nos documentos de fls. 15/16 e não há nos autos nenhum dado concreto que lance dúvida a esse propósito.

O autor deve ser ressarcido por tal montante, portanto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Solução diversa aplica-se aos demais pleitos.

Relativamente ao que o autor deixou de auferir por não exercer sua atividade laborativa, não extraio dos autos elementos seguros a respeito.

O único dado amealhado sobre o assunto foi o depoimento da testemunha Wilson Ricardo Matias, dando conta de que o autor lhe fazia a captação de serviços e ganhava comissões que correspondiam ao mês a aproximadamente R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00.

Apurou-se, porém, que o autor sequer era registrado e nenhum documento foi coligido para ao menos conferir verossimilhança ao que suscitou no particular.

Assim, e por reputar que um isolado depoimento não firma base sólida para a convicção de que o autor ficou por um mês sem trabalhar (ressalvo por oportuno que a testemunha deixou claro que após o acidente o autor não mais lhe prestou serviços), deixando de receber remuneração que habitualmente percebia, o pedido não vinga.

Já quanto aos danos morais, da mesma maneira não restaram patenteados.

Inexiste nos autos prova suficiente das sequelas sofridas pelo autor em virtude do acidente.

A prova pericial, que por excelência é a adequada a dirimir dúvida dessa natureza, é de inviável produção nesta sede e não há dados seguros que demonstrem nem mesmo o tipo de lesão sofrida pelo autor.

A testemunha Alexandre Terruggi Júnior limitou-se a esclarecer tê-lo atendido uma única vez, mas não teve condições de diagnosticar qual o problema em seu joelho.

Isso poderia suceder posteriormente (indicou o tratamento com gelo e imobilização), mas depois não mais teve contato com o autor.

Os documentos que instruíram a petição inicial não aclararam essa questão, de sorte que não se positivou com a indispensável segurança quais as consequências específicas o acidente provocou ao autor.

Bem por isso, não se pode afirmar que ele tenha tido abalo profundo caracterizador de dano moral indenizável, além de não se delinear minimamente o apreço que tivesse pelo veículo sinistrado.

Não faz jus, portanto, à indenização propugnada a esse título.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 213,02, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2014 (época dos gastos havidos), e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 26 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**